Todo santo dia, eu recebo e-mails de cidadãos com muitas dificuldades em obter seus documentos, que são questão de cidadania e dignidade humana. Detran especialmente. Mas documentos de identificação também, como RG. Pessoas que enviaram os documentos necessários, os documentos foram extraviados, o prazo passou, e jovens precisando do documento para fazer vestibular.

Então, fica aqui o meu pedido de atenção para esse direito básico de cidadania que é o acesso à documentação. Algo precisa ser feito. Então, eu digo que a moção de Cordeirópolis é válida, é justa, porém hoje Cordeirópolis fala por São Paulo, porque eu recebi e recebo, todo santo dia, e-mails de cidadãos do estado inteiro.

Dito isso, Sr. Deputado, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os presentes trabalhos, convoca V. Exas., Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para a sessão ordinária de terça-feira, dia 16 de novembro, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quinta-feira, desejando a todos não só um excelente final de semana, mas um excelente feriado de comemoração da república.

Respeitando os monarquistas, eu sou uma republicana convicta. Eu entendo que essa data é uma data muito bonita da nossa história, que precisa ser comemorada. Muito embora haja muito, muito a evoluir neste País, nós chegaremos lá. Muitíssimo obrigada. Esta sessão está levantada. Boa tarde a todos.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.

* * *

16 DE NOVEMBRO DE 2021
65ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, CONTE LOPES
e CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão. Faz o aditamento da ordem do dia seguinte.
2 - JANAINA PASCHOAL
Agradece as Câmaras de Vereadores de Ribeirão Preto e Santos pelas congratulações ao PL 668/21, que proíbe o passaporte da vacina contra Covid-19 no Estado. Defende a liberdade de escolha. Afirma que nunca foi contra medidas preventivas. Reflete sobre os anúncios de festas de carnaval, em 2022, pelo Estado. Considera que as festas facilitam a transmissão de doenças.
3 - MAJOR MECCA
Pede apoio ao PL 776/21, que institui a contagem em dobro do tempo de serviço prestado pelos agentes de segurança e profissionais da Saúde durante a pandemia. Reflete sobre a importância destes profissionais durante a pandemia. Cita o congelamento de benefícios aos servidores. Clama por mais reconhecimento das classes. Tece críticas ao governador João Doria.
4 - CARLOS GIANNAZI
Discorre sobre a falta de limpeza em escolas estaduais que possuem o serviço terceirizado. Informa a suspensão de aulas em diversas regiões. Pede investigação dos contratos. Critica as privatizações. Tece críticas à atuação do secretário de Educação, Rossieli Soares.
5 - ALTAIR MORAES
Defende as diretrizes adotadas pelo Colégio Liceu Jardim, em Santo André, cujo diretor foi acusado de homofobia em discurso aos pais. Lê e comenta trechos da fala. Defende os valores cristãos.
6 - CONTE LOPES
Exibe e comenta vídeos de assaltos pela cidade. Cobra medidas do governador e secretário de Segurança. Lembra carreira militar. Critica a instalação de câmera nos coletes dos policiais.
7 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
8 - CORONEL TELHADA
Comenta sua participação no 6º Encontro de Veteranos do Exército, em Salvador, onde palestrou sobre a história da Polícia do Exército. Discursa sobre a disponibilização de agentes da Polícia Militar como intérpretes durante o evento da Fórmula 1 no final de semana. Apoia a campanha da Defenda PM para aumento salarial das forças de segurança. Cumprimenta os municípios aniversariantes. Informa a celebração do Dia da Conquista do Monte Cavallaro e do Dia da Amazônia Azul. Discorre sobre a nova função de devolução do Pix. Endossa o discurso do deputado Altair Morais. Reafirma respeito a todos.
9 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, faz eco aos discursos dos deputados Coronel Telhada e Altair Morais. Reflete sobre os termos homofobia e transfobia. Defende o debate dos temas.
10 - ADALBERTO FREITAS
Agradece aos deputados que o escolheram para relator da Lei do Orçamento Anual. Discorre sobre a importância da discussão do assunto.
11 - CARLOS GIANNAZI
Critica o projeto de lei encaminhado pelo Tribunal de Justiça que reduz pela metade o ressarcimento das diligências realizadas pelos servidores. Pede a votação do PLC 37/21, que institui o abono Fundeb aos servidores da Educação. Lista emendas apresentadas ao texto. Repudia o congelamento de benefícios.
12 - CARLOS GIANNAZI
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
13 – PRESIDENTE CONTE LOPES
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h02min.
ORDEM DO DIA
14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h43min. Anuncia a presença do deputado estadual Airton Lima, do Rio Grande do Sul, em visita a esta Casa. Coloca em votação, separadamente, e declara aprovados o PDL 81/21 e o PDL 82/21. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, do deputado Rafa Zimbaldi, de criação de comissão de representação com a finalidade de participar do 4º Conexidades - Encontro Nacional de Parceiros Públicos e Privados, de 23 a 27/11, em Olímpia. Encerra a discussão, coloca em votação, separadamente, e declara aprovados requerimentos de urgência ao PR 2/20, ao PL 619/18, ao PL 759/19, ao PL 979/19, ao PL 1011/19, ao PL 518/21, ao PL 32/20, ao PL 492/20 e ao PL 1286/19. Convoca uma sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o fim da presente sessão, com Ordem do Dia.
15 - RAUL MARCELO
Para comunicação, informa que estão presentes, nas galerias, oficiais de justiça, contrários à aprovação do PL 752/21. Discorre sobre a importância desses profissionais.
16 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz coro ao pronunciamento do deputado Raul Marcelo. Opõe-se ao PL 752/21, enviado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que, entre outras disposições, afeta os oficiais de justiça.
17 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Lembra os deputados que hoje é o último dia para apresentação de emendas ao PL 752/21.
18 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, solidariza-se com o pleito dos oficiais de justiça, presentes nas galerias. Expressa sua oposição ao PL 752/21. Diz que os servidores públicos merecem melhor tratamento da parte do Executivo.
19 - CAIO FRANÇA
Para comunicação, parabeniza os oficiais de justiça, presentes nesta Casa, por sua mobilização contrária ao PL 752/21. Informa já ter apresentado emendas à propositura. Combate o aumento de taxas processuais, previsto na matéria.
20 - VINÍCIUS CAMARINHA
Solicita o levantamento dos trabalhos, por acordo de lideranças.
21 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 17/11, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a ter início às 17 horas e 07 minutos. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente na data de hoje, terça-feira, dia 16 de novembro de 2021. Hoje é a primeira sessão que nós começamos com o novo horário. A partir de hoje, as sessões plenárias serão iniciadas às 14 horas.

Antes de abrir o Pequeno Expediente, eu quero fazer uma comunicação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência comunica que, cumprindo a determinação constitucional, aditou à Ordem do Dia os seguintes projetos de lei vetados: Projeto de lei nº 1.260, de 2019, e os Projetos 42, 225 e 372, todos de 2021.

Pequeno Expediente. Oradores inscritos: orador deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, V. Exa. tem o tempo regimental.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V. Exa. Sr. Presidente, os colegas deputados aqui presentes, os funcionários da Casa. Hoje vai ser um dia bem diferente aqui, os horários estão todos alterados. Quero crer que os trabalhos renderão mais agora com essa nova sistemática. Vamos aguardar.

Eu queria agradecer à vereadora Gláucia Berenice e também ao vereador Isaac Antunes, ambos da Câmara Municipal de Ribeirão Preto por terem proposto - na verdade propositura dela, com apoio dele - uma moção de congratulações não só para esta deputada que vos fala, mas para todos os colegas que assinaram o Projeto de lei nº 668, de 2021, que proíbe o passaporte da vacina no estado de São Paulo.

Uma vez mais deixando muito claro que não se trata de nenhuma objeção à vacinação, apenas uma defesa do exercício da liberdade individual por parte das pessoas que querem trabalhar e estudar, nada além disso.

Muitos prefeitos já estão anunciando que haverá Carnaval com normalidade, e nós sabemos bem o que isso significa, significa o povo na rua, o povo aglomerado, o povo beijando. Ás vezes até dezenas de pessoas em um só dia.

Eu não estou aqui tecendo nenhuma consideração de ordem moral ou moralista, mas não tem lógica que os mesmos prefeitos, inclusive o nosso aqui na Capital, que estão demitindo funcionários que desejam trabalhar normalmente usando suas máscaras, mantendo distanciamento, usando álcool gel, mas que não querem se vacinar - o que é um direito fundamental deles -, que os mesmos prefeitos demitam essas pessoas que querem trabalhar e já anunciem total liberdade para as festas de Carnaval.

Não tenho aqui nenhuma pretensão de proibir festas. Fui muito criticada este final de semana por ter falado o que estou falando aqui nas minhas redes. Muitas pessoas disseram que eu deixava de considerar que o Carnaval é a maior festa popular do Brasil.

Sem nenhum demérito, todos sabemos que depois do Carnaval nascem muitas crianças não planejadas, que no carnaval se contraem muitas doenças sexualmente transmissíveis, que de um tempo para cá sequer as campanhas de uso de preservativo são feitas de maneira adequada.

Então é uma festa tradicional brasileira sim, mas é uma festa que tem uma série de permissividades que facilitam, sim, a transmissão de doenças, inclusive Covid. E os trabalhadores do estado de São Paulo estão sendo demitidos, até com justa causa, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, e as autoridades já estão anunciando a normalidade nas festas.

Então a incoerência é sem tamanho. Já estão anunciando liberar as máscaras. Até foi interessante que pessoas escreveram nas minhas redes: "Mas a senhora não era contra essas medidas preventivas?". Nunca fui. Nunca fui, podem pegar todos os meus discursos aqui, nunca fui negacionista. Fui uma das primeiras a exigir medidas.

Agora, tem que ter um pouco de coerência, não é? Todas as festas serão liberadas e o povo está sendo demitido, a pouca parcela da população que deseja seguir trabalhando, estudando e exercendo o direito constitucional de não se vacinar, sobretudo com vacinas que acabaram de ser desenvolvidas para fazer frente a uma doença nova.

Na mesma toada, agradeço também à Câmara Municipal de Santos, na pessoa de seu presidente, Sr. Adilson Junior, vereador Adilson Junior, também ao vereador Adriano Piemonte, pelos votos de congratulações que não só foram propostos, mas foram aprovados, a minha pessoa, sobretudo em razão dessa defesa da liberdade individual que haveria de ser, ao lado ou depois da proteção da vida, a primeira luta de todos nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sra. Deputada. A próxima deputada é a deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, todos os funcionários que nos apoiam e nos dão estrutura para o nosso trabalho. Uma boa tarde a todos que nos acompanham pela rede Alesp e pelas redes sociais.

Hoje venho a esta tribuna, senhoras e senhores, para pedir o apoio ao Projeto de lei 776, de minha autoria, que institui a contagem em dobro do tempo de serviço prestado durante a pandemia pelos profissionais da Saúde e da Segurança Pública.

A aprovação desse projeto nesta Casa Legislativa se faz importante como medida de reconhecimento e gratidão a esses homens e mulheres que, durante a pandemia, tiveram um alto grau de exposição ao vírus, vide o número de policiais mortos durante essa pandemia e o número de enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos.

Nós atravessamos uma fase extremamente difícil aqui, no estado de São Paulo, em que os nossos policiais e os profissionais de Saúde ao menos tiveram amparo em termos de equipamento de proteção individual.

Os nossos policiais, durante toda a pandemia, fizeram a aquisição de máscaras faciais, deputado Giannazi, deputado Conte Lopes, com o dinheiro do próprio bolso. Compraram álcool em gel para assepsia pessoal e das viaturas com o dinheiro do próprio bolso.

Os nossos policiais e os profissionais da Saúde durante a pandemia tiveram a suspensão do pagamento de um terço de férias, tiveram a suspensão da antecipação do 13º, tiveram a suspensão da fruição de licença-prêmio.

Diga-se de passagem, licença-prêmio, Coronel Telhada e Sargento Neri, o policial quando usufrui, a partir da aprovação do PLC 26, tem retirado adicional de insalubridade, uma quantia de quase 200 reais em um salário de três mil reais.

Então a urgência do Projeto de lei 776 para que nós possamos contar em dobro no mínimo esses dois anos de pandemia para esses policiais é uma medida de justiça, de reconhecimento e de gratidão a esses homens e mulheres. Todos nós, bem como todo o povo de São Paulo, temos essa obrigação de olhar pelos nossos policiais com gratidão e com reconhecimento efetivo.

Repito: ao longo dos últimos anos, a única coisa que foi feita pelo João Doria e por esta Casa Legislativa foi a subtração de direitos desses homens e mulheres que - hoje eu falo novamente a todos os senhores nesta Casa -, estão extremamente desacreditados no governo que têm e nos representantes que têm no Poder Legislativo, justamente por ver que medidas efetivas, que realmente levem mais conforto e condições para o policial e seus familiares terem qualidade de vida, nunca são apresentadas nesta Casa pelo governo João Doria e nunca são aprovados aqui, no Poder Legislativo.

Eu cito o exemplo do Projeto de lei nº 701, de minha autoria, que foi vetado pelo governador João Doria, que antecipava 5% da indenização aos familiares dos policiais mortos em serviço. O governador teve coragem de vetar.

Nós continuamos fazendo vaquinha para socorrer familiares de policiais que morrem em serviço, que se acidentam em serviço. O Projeto de lei nº 707, que instituiu a dispensa de recomposição orgânica, para que os policiais pudessem ter o direito de descanso e de recomposição física e psicológica.

Eu acredito que seja uma oportunidade ímpar para que todos nós possamos reconhecer os profissionais da Segurança Pública, os nossos policiais, e os profissionais da Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, Deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, nós estamos vivendo um verdadeiro caos na rede estadual de ensino.

A privataria tucana chegou com muita força na Educação, nas nossas escolas. A privataria tucana está destruindo a Educação estadual. Me refiro às empresas terceirizadas de limpeza.

Nós estamos acompanhando, pela grande imprensa inclusive. A situação é tão grave que a própria imprensa começa a fazer matérias mostrando o caos, que empresas terceirizadas, na área da limpeza, e nós questionamos isso desde o momento em que o PSDB entregou esse trabalho, essa importante função, de limpeza e de merenda escolar, para empresas terceirizadas. É a privatização que eu sempre denunciei. É a privataria tucana.

Agora ninguém mais controla essas empresas, essas empresas que exploram, de uma forma vil, as funcionárias, pagando, muitas vezes, um valor inferior ao salário mínimo. Só que, além de pagar esse salário extremamente baixo e aviltante, elas não estão mais pagando os salários, ou atrasando. Com isso, nós temos várias escolas do Estado de São Paulo que não estão tendo mais limpeza.

Na volta às aulas presenciais, que nós fomos contra também, porque não seria o momento, essas empresas não pagaram ou atrasaram os pagamentos das servidoras ou das funcionárias.

Agora as escolas estão sem limpeza. Muitas delas já suspenderam as aulas. É um absurdo, e ninguém controla isso. A Secretaria de Educação joga a culpa nas diretorias de ensino. As diretorias de ensino dizem que não podem fazer nada. As escolas não têm autonomia para resolver essa questão.

Enquanto isso, o secretário da Educação, o Rossieli, fica passeando, fazendo propaganda de PEI. Agora vai aglomerar de novo. Ele vai organizar um encontro com centenas, talvez milhares de diretores de escolas, coordenadores pedagógicos, vice-diretores, em Ribeirão Preto.

Ele está convocando todos os gestores de PEIs para um encontro de três dias. Acho que dias 13, 14 e 15, no Royal Park, em Ribeirão Preto, para fazer propaganda de PEI.

Ao invés de resolver os problemas estruturais e reais da rede estadual, esse secretário só pensa em fazer propaganda de PEI, passear nas escolas, fazer vídeos para as suas redes sociais, em escolas que não tem nenhum problema.

Ele não visita essas escolas que estão sem limpeza, que as empresas terceirizadas não pagaram as funcionárias. E são muitas, Sr. Presidente. É o tempo todo, explodindo esse tipo de denúncia, chegando com muita força na Assembleia Legislativa.

Tenho acompanhado e tenho denunciado, mas o governo nada faz, Sr. Presidente. Por isso estou acionando o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e também o Ministério Público do Estado, para que haja uma verdadeira devassa, uma investigação profunda em todos os contratos dessas empresas terceirizadas para ver se eles estão sendo cumpridos.

O Tribunal de Contas tem que atuar e fazer uma devassa, uma investigação profunda, rigorosa. Não dá mais para entregar as nossas escolas a essa privataria tucana que destrói a Educação, que destrói as nossas escolas.

Muitas escolas estão sem aulas por conta disso. São várias as regiões, Sr. Presidente: em Guarulhos a situação é grave, na zona norte aqui de São Paulo, na zona sul, na Diretoria Sul 3.

Agora mesmo eu estava conversando com professores. A Escola Estadual Maria Juvenal Homem de Mello está nessa situação, a Escola Estadual Carlos Ayres. Várias escolas de Mauá, de Santo André, de Ribeirão Pires, de São Bernardo do Campo estão nessa situação, na região também do Campo Limpo, do Capão Redondo.

A situação é a mesma e isso se espalha, se espraia por todo o estado. Não há controle. A Seduc não controla nada, Sr. Presidente. As escolas estão abandonadas à própria sorte. Essa é a verdade. Eles não controlam essas empresas. Agora, o Tribunal de Contas tem que investigar.

Então, estou hoje entrando com uma representação, protocolando duas representações, uma no Tribunal de Contas e outra no Ministério Público, para que façam uma verdadeira devassa, uma investigação profunda nos contratos e no trabalho que é realizado, ou não, por essas empresas e que providências sejam tomadas.

Só para citar os nomes de algumas delas que são acusadas de não pagarem as funcionárias, de darem calote nas funcionárias, que ganham, muitas vezes, salários abaixo do salário mínimo...

Olha, tem várias delas aqui: a Shalom é uma delas, a Star Clean, a Destake Serviços, a Clarifto, a Top Service. São algumas delas que estão envolvidas nessas denúncias. A região do centro aqui da cidade, Sr. Presidente, vive esse drama.

Então, que o Tribunal de Contas tome providências, e o Ministério Público, porque se depender do Rossieli, que só sabe ficar fazendo vídeos para ir alimentando suas redes sociais e aglomerando em várias regiões do estado, a gente não vai resolver essa situação. E que ele seja punido também e investigado por omissão, por estar prevaricando, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. O próximo deputado é o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.)

Pela lista suplementar, deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Altair Moraes. Fará uso da palavra, Altair? Por gentileza. Vossa Excelência tem os cinco minutos regimentais.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossos policiais militares que estão aqui fazendo a segurança, que Deus os abençoe, todos os que estão nos acompanhando agora, eu vim aqui falar hoje, Sr. Presidente, de algo muito forte que está acontecendo sobre essa ditadura de gênero, de um colégio de onde eu moro, de Santo André. Moro no ABC Paulista, moro ali em Santo André.

O Colégio Liceu Jardim presta há mais de 20 anos um serviço de Educação de qualidade em Santo André. Esse colégio e o seu diretor, o professor Daniel Belluci, estão sendo perseguidos, injustiçados por algumas palavras que ele falou. Fiz questão de ouvir os 29 minutos e 52 segundos de discurso que o professor Daniel Belluci fez para os pais dos alunos.

A escola Liceu Jardim zela pela família, pelo valor do trabalho, pelo respeito ao próximo. É uma escola que defende os valores judaico-cristãos. Ponto. Quem coloca os seus alunos na Escola Liceu Jardim sabe muito bem o que ela defende. É simples assim.

Durante todo o contexto da fala do professor Daniel Belluci, fiz questão de anotar algumas coisas. Primeira coisa: ele começou com seis minutos de uma introdução de palavras chamando a atenção dos pais para a educação dos filhos: o aumento do peso e do sedentarismo, a ansiedade, a depressão, a sexualização precoce. Falou também sobre o excesso de tela nas influências negativas para os jovens, falou também sobre a banalização da maldade.

Ele menciona a problemática da linguagem neutra, que é essa gíria LGBT que eles estão querendo colocar a todo custo, a todo vapor nos nossos jovens, nas nossas crianças. Ele é contra, e tem todo o direito de ser contra.

Aí tem mais: a banalização da maldade. Ele menciona também aqui o seguinte: o problema da incorporação dos termos de erotização na linguagem diária. A problemática da erotização, pornografias infantis.

Ele adverte que os filhos estão fazendo um esquema chamado "esquema do aquece" ou "esquenta" para ingerir bebidas alcoólicas antes do trabalho em grupo. E ele é contra; é o colégio dele. Essa são as diretrizes desse colégio que defende os valores judaico-cristãos. É simples assim. Se não concorda, tire o aluno de lá.

Ele fala sobre a identidade de gênero e deixa bem claro: "nós respeitamos toda e qualquer opção sexual. É o direito da pessoa adulta a escolha do que ela quer fazer da sua vida".

E tem mais: "nós não vamos interferir na escolha sexual de ninguém, mas tem pais que me chamaram" - olha o discurso - "de quadrado, de homofóbico, e que já deveria ter o pronome neutro na escola. Exceto por força de lei eu vou usar isso" - ele disse.

Qual é a lei que obriga a colocar pronome neutro nos colégios? Alguns pais falaram para ele colocar banheiro unissex dentro daquela escola, e ele não quer. Qual é o pecado desse homem, qual é o crime que ele está cometendo? Mas essa ditadura de gênero não deixa ninguém em paz.

Bom, vamos lá: a ideologia da morte. "A Rússia não está assim", ele fala, "a China não está assim. Agora, o ocidente entrou nessa de destruir a família e destruir quem transmite os valores e culturas ocidentais na família".

Uma escola passou uma lista para que meninas colocassem o nome para ficarem como meninos, e meninos como meninas. Numa festa dessa escola, as meninas acariciavam as meninas; e os meninos, os meninos. E para ele, está tudo natural. Só que na escola dele, ele não aceita esse tipo de comportamento. A minha pergunta é: qual é o crime que esse homem cometeu? Ele apenas fez uma introdução de seis minutos para falar o que queria para os pais.

Aí vem essa ditadura nojenta, podre, de gênero, e vai contra um homem sério. A escola Liceu Jardim é um dos melhores colégios de Santo André. Está há 20 anos fazendo um trabalho seríssimo na Educação e tem as suas diretrizes, é simples assim.

Meu irmão, você que está do outro lado, você não quer colocar o seu filho numa escola que ensine os valores judaico-cristãos da família tradicional? Coloque em outra escola. É simples assim. Você tira. Nós temos vários colégios que têm os seus valores, o Salesiano, o Marista, que têm até professoras que são freiras e que dão a orientação escolar.

A minha filha estudou no Colégio Adventista do Sétimo Dia a vida toda. Um dia, ela chegou com a unha pintada de vermelho e a diretora disse: "aqui não pode; vai tirar". Eu fiz o quê? Eu aceitei, porque eu sabia que era uma diretriz do colégio. Então, parem de palhaçada de querer colocar essa ditadura de gênero dentro dos colégios.

O professor Daniel Belucci tem todo o meu apoio, todo o meu respeito. Não vi, em hora nenhuma, nenhum ataque homofóbico, só posicionamento de um homem que defende os valores da família tradicional, da família judaico-cristã. Isso é o que ele defende. Quem não gostar, tire o filho do colégio e o coloque onde quiser. Fica aqui a minha nota de repúdio. Eu vou lutar contra isso aqui.

Eu sou morador de Santo André e vou brigar, sim, pelos valores morais. Quero dizer ao professor Daniel Belucci e a todos os professores, todos aqueles que compõem o Colégio Liceu Jardim: vocês têm todo o meu apoio, podem contar comigo. Que Deus abençoe a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado. Falarei nesse assunto em seguida também. Próximo deputado, Deputado Frederico d'Avila. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CONTE LOPES - PP - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu vou falar daquilo que eu entendo um pouco. Eu cheguei nesta Casa em 1986, quando Michel Temer me retirou - com o Montoro, que era governador -, das ruas de São Paulo, da Rota, e acabaram me colocando dentro de um hospital militar para que não se combatesse o crime, não se combatesse o banditismo, os criminosos que estão nas ruas de São Paulo, que agora estão à vontade.

Mais do que palavras: Machado, que já foi vítima dos bandidos, que o irmão foi morto e até agora ninguém prendeu ninguém. Ninguém prende ninguém. Os policiais da Rota que foram mortos, Coronel Telhada, nosso presidente, também até agora não prenderam ninguém.

O governador veio aqui e falou que ia prender, com o secretário: "Não, já está na mão". O cara foi morto dentro de casa - os policiais da Rota - saindo de casa, em emboscada. Mas vamos lá, imagens valem mais do que mil palavras. Vamos lá, uma imagem.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Dá uma segurada, Machado, por favor? Isso aí, que aconteceu na República do Líbano com a Ibirapuera, a gente fazia com os bandidos. Estarrava bandido na rua e salvava muita gente que estava em poder de bandido: os motoristas de praça, mulheres que estavam sendo levadas para serem estupradas, sequestros. Quantas pessoas nós fizemos isso? Hoje, não. Hoje, é o bandido que faz isso.

O Doria meteu uma câmera no peito do policial que o policial nem estarrar o carro mais ele vai, porque senão ele pode estar ameaçando alguém e ele vai expulso da polícia, porque ele vive com uma câmera no peito para ver o que ele está fazendo. Agora, veja, até as nossas mulheres são espancadas nas ruas. Falam tanto do direito da mulher, feminicídio, e essas coisas aí, ninguém vê?

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Olha a covardia, coronhada na cara de uma mulher. Essa, passeando com o cachorro. Aí, olha São Paulo. Isso aqui é na Capital, no interior, no litoral. Olha como é que está acontecendo em São Paulo, olha aí.